

29 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS

Termo de Referência 25/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	160407-29 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO /RS	MATHEUS HENRIQUE ANDRADE KESSNER	14/01/2026 19:35 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64079.000485/2026-58

1. Definição do objeto

1.1 Cessão de Uso de bem imóvel para serviços de barbearia à título oneroso

1.1.1 Classificados como finalidade complementar pela Portaria nº 200-DEC, de 3 de dezembro de 2020, a serem prestados nas condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. Os serviços serão pagos pelos usuários diretos, mediante cessão de uso de parte de imóvel da União sob jurisdição do Exército Brasileiro, por meio do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, com área de 41,87m², conforme a tabela abaixo:

GRUPO 1	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL PARA UTILIZAÇÃO DA CESSÃO DE USO
	1	Corte de cabelo masculino – Efetivo de Cabos e Soldados	16497	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 1.580,00
	2	Corte de cabelo masculino – efetivo de ST/Sgt/ Oficiais	16497	Unidade	1	R\$ 25,00	

1.2 O serviço do objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1 O valor da Cessão de Uso para a Atividade de Apoio corresponde a R\$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais) por mês, incluindo a soma da locação do espaço de uso do cessionário, no valor de R\$ 1.285,00 (mil duzentos e oitenta e cinco reais), e o valor correspondente ao consumo de energia elétrica e água/esgoto, de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), conforme o Laudo de Avaliação nº 014/2024, anexo ao Estudo Técnico Preliminar. Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, há eventos recorrentes que impactam consideravelmente o

efetivo do batalhão, como movimentações, períodos de férias e o licenciamento de turmas do Efetivo Variável. Esse cenário pode reduzir significativamente o número de atendimentos realizados pelo cessionário, resultando em queda expressiva na receita. Para evitar prejuízos a ambas as partes e em atenção ao princípio da razoabilidade, prevê-se a possibilidade de redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da cessão de uso durante esses meses, mediante solicitação formal do cessionário.

1.3. O prazo inicial da vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato e podendo ser prorrogável por até 10 anos, se for do interesse da administração Pública e comprovada a vantajosidade na forma dos artigos 106, 107 e 110 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se enquadra no artigo 110 da lei 14.133 de 2021. Sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução proposta envolve a cessão de uso de um espaço pertencente ao 29º Batalhão de Infantaria Blindado para a instalação e operação de uma barbearia. Essa barbearia será responsável por oferecer serviços de corte de cabelo e barba nos padrões definidos pelo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). A operação da barbearia ocorrerá durante o horário de expediente do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, com a possibilidade de permanência de funcionários além desse horário, mediante autorização do Comandante da Organização Militar.

3.3. Os serviços prestados pela barbearia deverão seguir rigorosamente as normas de higiene estabelecidas pelas autoridades sanitárias. Além disso, a contratada deverá cumprir as Normas Gerais de Ação, regulamentos e outras determinações emanadas pela Organização Militar, bem como se responsabilizar pelas obrigações fiscais, previdenciárias e sociais de seus funcionários.

3.4. Para garantir a sustentabilidade ambiental, a contratada deverá zelar pela economia de recursos hídricos e elétricos, utilizando equipamentos com selo A de eficiência energética e adotando práticas que contribuam para a redução do consumo de água.

3.5. A solução prevê também a coleta adequada e o descarte responsável dos resíduos gerados pela barbearia, especialmente aqueles pertencentes ao Grupo E, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 358/2005.

3.6. Além disso, a solução está alinhada aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual 2024-2027, do Plano Estratégico do Exército (PEEx) e do Plano de Gestão do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, contribuindo para o desenvolvimento nacional, aprimoramento do sistema logístico terrestre, gestão do bem público e outros objetivos relacionados.

3.7. Essa solução proporcionará benefícios significativos, como o aprimoramento na gestão do bem público, a oferta de serviços essenciais aos integrantes do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, a geração de receita para o Fundo do Exército e a promoção da eficiência operacional e logística da Organização Militar.

3.8. Com essa descrição da solução, espera-se atender de forma eficaz à necessidade identificada de disponibilizar uma barbearia dentro das dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, beneficiando tanto os militares quanto a própria instituição.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.2. Horário de funcionamento: A sala do Cessionário funcionará de segunda a sexta-feira, das 07:45 às 12:00 horas e das 13:15 horas às 16:30 horas de segunda a quinta-feira e na sexta-feira das 08:00 horas às 12:00 horas, facultando-se à abertura durante sexta-feira das 13:30 horas às 17:00 horas e sábados e domingos das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas a critério do cessionário. Qualquer alteração no horário só será permitida com autorização expressa do Comandante do 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

4.3. Atividade de apoio de Barbearia oferecerá os serviços contido no item 1 (Corte de cabelo masculino – Efetivo de Cabos e Soldados e item 2 (Corte de cabelo masculino – efetivo de ST/Sgt/ Oficiais deste Termo de Referência.

4.4. A empresa deverá apresentar informações seguras sobre o uso de inseticida utilizado, especialmente quanto à toxicidade e ao tempo de ausência no local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.

4.5. A cessionária ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando, informando data e hora a ser realizado ao fiscal de contrato, priorizando dia de não expediente (fim de semana e feriados).

4.6. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua conforme previsto neste Termo de Referência e no Edital.

4.7. Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

4.8. Realizar a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;

4.9. Cumprir as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.10. Cumprir diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.305/10;

4.11. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, comprovado vantagens para a administração;

4.12. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.13. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

Indicação de marcas ou modelos [\(Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#) **Nota(s) explicativa(s): 12, 13 e 14.**

4.14. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço **Nota(s) explicativa(s): 15 e 16**

4.15. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 15 horas.

- 4.16.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.17.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.18.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.19.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da assinatura do contrato ou mediante negociação com a Organização militar

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão no item 4 deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua: Capitão Vasco da Cunha nº 3129 (av. do Exército) - Bairro Boi Morto)

5.3. O horário de funcionamento da sala do Cessionário é de segunda a quinta-feira, das 07h45 às 12h00 e das 13h15 às 16h30, e na sexta-feira, das 07h45 às 12h00.

Fica a critério do Cessionário a abertura em horários facultativos, com necessidade de autorização prévia para os seguintes períodos:

Sextas-feiras, das 13h15 às 16h30;

Sábados e domingos, das 07h45 às 12h00 e das 13h15 às 16h30.

Ressalta-se que qualquer outra alteração no horário estabelecido só será permitida com autorização expressa do Comandante do 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo

5.4.1. Essas informações estão no item 4 deste Termo de Referência

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput). Lei nº 14.133, de 2021,

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com adescrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º

2022, art. 22, II); Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Serviços sem dedicação — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação e Decreto nº 11.246, de 4 de 19

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento

da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso seconstate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do

[art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.](#)

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art.68 da Lei nº 14.133/2021.](#)

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado pela cessionária até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de referência, mediante recolhimento do valor pactuado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à OM serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A/IBGE.

Forma de pagamento

- 7.25.** O pagamento será realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).
- 7.26.** Considera-se como data do pagamento o dia em que constar emitida a ordem bancária.
- 7.27.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.** Independentemente do percentual de tributo constante na planilha, serão retidos, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29.** O Contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, desde que apresente comprovação oficial de direito ao tratamento favorecido.

Reajuste

- 7.30.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis por 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato.
- 7.31.** Após o período de 1 ano, os preços poderão ser reajustados pelo índice IPCA/IBGE, aplicável exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade.
- 7.32.** O interregno mínimo de 1 ano entre reajustes subsequentes será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.33.** Em caso de atraso ou não divulgação do índice, a Administração aplicará a última variação conhecida e liquidará eventual diferença assim que o índice definitivo for divulgado.
- 7.34.** O(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).
- 7.35.** Caso o índice deixe de existir ou não possa ser mais utilizado, será adotado índice substituto definido pela legislação vigente ou, na ausência desta, por acordo entre as partes via termo aditivo.
- 7.36.** O reajuste será formalizado por termo aditivo.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2.** O objeto trata de prestação contínua de serviços de barbearia, com execução direta pelo contratado nas dependências da OM. O regime de execução será prestação de serviços, o critério de julgamento do certame será o de menor preço ofertado para o serviço de corte de cabelo, conforme estabelecido no edital. A cessão de uso do espaço físico possui valor previamente fixado pela Administração e não integra o julgamento.

Exigências de habilitação

- 8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa**

individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez

Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Atestado de Capacidade Técnica Comprovante emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre a execução prévia e satisfatória de serviços de barbearia (corte de cabelo, barba ou serviços similares). Vedada a exigência de quantitativos mínimos, conforme art. 67 da Lei 14.133/2021.

8.30. Qualificação Técnica Profissional Comprovação de pelo menos 1 (um) barbeiro com experiência mínima de 6 meses, demonstrada por CTPS, contrato, MEI ou documento equivalente.

8.31. Declaração de Equipamentos Declaração de que dispõe dos equipamentos necessários à prestação dos serviços (máquinas, navalhas, cadeiras, materiais de higiene).

8.32. Condições de Higiene e Segurança Declaração de que cumprirá as normas de higiene, saúde e vigilância sanitária durante toda a execução do contrato.

Disposições gerais sobre habilitação

8.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor Total : R\$: 1.580,00 mensais

9.1. A presente contratação refere-se à cessão de uso onerosa, na qual não há qualquer custo ou desembolso financeiro por parte da Organização Militar. O valor da cessão de uso do espaço (R\$ 1.285,00) e o valor referente a energia elétrica (R\$ 295,00) são integralmente de responsabilidade da cessionária, não gerando impacto orçamentário para a Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A presente contratação refere-se à cessão de uso onerosa de espaço físico, razão pela qual não haverá qualquer desembolso financeiro por parte da Administração. Todos os custos decorrentes da utilização do espaço, incluindo aqueles relativos à infraestrutura e aos encargos incidentes, serão integralmente suportados pela cessionária.

10.2. Em razão da inexistência de impacto orçamentário, não se faz necessária a indicação de dotação específica, permanecendo a contratação plenamente compatível com as normas de responsabilidade fiscal e com o planejamento orçamentário da Organização Militar.

11. Materiais a serem disponibilizados

11.1. A cessionária deverá fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários para o pleno funcionamento da barbearia. De forma mínima, deverão ser disponibilizados:

- **Equipamentos:** cadeiras de barbeiro, espelhos, bancadas, máquinas de corte e acabamento, navalhetes, secador e equipamento de esterilização.
- **Insumos de uso contínuo:** lâminas descartáveis, tesouras, pentes, papel pescoço, toalhas, luvas, loções e produtos capilares.
- **Higiene e segurança:** materiais de limpeza, itens para desinfecção e recipientes adequados para descarte de resíduos.

11.2. Todos os itens deverão ser mantidos em condições adequadas de funcionamento, higiene e segurança, sem qualquer ônus para a Administração.

12. Relações relevantes para as propostas

12.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

12.2. Fornecimento de serviços de qualidade, atendendo aos padrões de corte de cabelo constantes no Regulamento de Uniformes do Exército, Capítulo

IX, visível pelo link: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta_uniforme/duvidasrue/Resposta%20022.pdf.

12.3. A empresa vencedora da licitação deverá providenciar, junto aos órgãos responsáveis, o alvará de funcionamento.

12.4. O efetivo de pessoal que circula no 29º Batalhão de Infantaria Blindado de aproximadamente 781 militares.

12.5. Os funcionários deverão estar devidamente registrados e com as obrigações trabalhistas em dia no ato do início das atividades.

12.6. Militares de outras Organizações Militares podem ser atendidos respeitando a prioridade dos militares do 29º Batalhão de Infantaria Blindado em serem atendidos primeiros.

13. Metodologia de execução do serviço

13.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

13.2. O Cessionário deverá manter as rotinas de execução dos serviços de Barbearia diariamente nos dias de expediente e quando solicitado pela administração em horário estendido, como no período de incorporação do Efetivo Variável;

13.3. O Cessionário deverá manter a quantidade necessária de profissionais qualificados no ramo deste certame para execução do serviço com excelência e qualidade;

13.4. O Cessionário deverá utilizar materiais adequados para a execução dos serviços, bem como, estarem em perfeito estado de conservação, mantendo a higienização dos mesmos e do ambiente de trabalho;

13.5. O mecanismo de comunicação será entre a contratada e o Fiscal de Contrato;

13.6. O serviço deverá ser prestado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 120 (cento e vinte) meses e deverá ser acompanhado pelo fiscal de contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14. Obrigações da contratante

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017. **14.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

14.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

14.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

14.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

14.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 87º, § 4º, da Lei nº 14.133/21.

14.10.1. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

15. Obrigações da contratada

15.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

15.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

15.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

15.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

15.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida

pela Lei nº 13.146, de 2015.

15.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos art.111 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

15.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

15.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

15.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.23. Instalar Barbearia, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.25. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

15.26. Apresentar à Contratante, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

15.27. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, qual seja, desempenho da atividade de apoio, devendo conservá-lo como se seu fosse;

15.28. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;

15.29. Restituir o imóvel, finda a cessão, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

15.30. Comunicar à contratante/cedente qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

15.31. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da contratante- cedente, sendo assegurado ao contratado cessionário o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

15.32. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

15.33. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito da contratante /cedente;

15.34. Pagar mensalmente os valores fixados a título de contraprestação pelo uso da área cedida, bem como ressarcir a Administração, na forma fixada neste Termo de Referência e demais documentos anexos ao Edital, todas as despesas referentes ao consumo de energia elétrica e consumo de água, descritos neste Termo de Referência;

15.35. Responsabilizar-se por todos os materiais e equipamentos atualmente existentes nas dependências a serem cedidas, listados abaixo e apresentados na proposta de preços, devendo encaminhar anualmente ao responsável

pela Fiscalização um levantamento informando a situação de cada um dos itens sob a sua guarda;

15.36. Responsabilizar-se pela limpeza diária da área da Barbearia, mantendo o local sempre limpo e asseado, obedecendo aos padrões e critérios exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como pela dedetização, limpeza das partes hidráulicas e manutenção de esgoto e instalações elétricas periódicas;

15.37. Os serviços de limpeza, higienização, dedetização e manutenção periódica das áreas sob sua responsabilidade, partes hidráulicas, esgoto e energia elétrica das dependências utilizadas, correrão por conta da Cessionária.

15.38. A CESSIONÁRIA deverá encaminhar à cedente laudo confirmando a dedetização efetuada nas dependências utilizadas constando, no mínimo, data da execução, data de validade, produtos utilizados e empresa responsável pelo serviço.

15.39. Realizar trimestralmente limpeza das caixas de gordura que fazem parte da rede específica;

15.40. Cumprir rigorosamente o Código de Defesa do Consumidor;

15.41. Não afixar na área cedida nenhum tipo de propaganda ofensiva às Forças Armadas, aos Governos Federal, Estadual e Municipal, à moral e aos bons costumes, nem tão pouco afixar propaganda política, partidária ou religiosa;

15.42. Zelar pela higiene e limpeza do local de prestação do serviço de Barbearia;

15.43. Buscar atingir o padrão máximo no corte de cabelo, de acordo com o previsto no RUE;

15.44. Manter através dos funcionários um tratamento cordial entre os mesmos e os consumidores do estabelecimento;

15.45. Buscar meios legais para venda e posterior cobrança de débitos caso necessário, pois será de sua inteira responsabilidade a quitação de dívidas advindas da comercialização;

15.46. Adotar preferencialmente a forma de cobrança eletrônica (máquina de cartão) para possíveis venda a prazo;

15.47. Não comercializar produtos fora do ramo de atividade previsto para tal cessão;

15.48. Solicitar autorização por escrito ao Fiscal Administrativo do 29º Batalhão de Infantaria Blindado para eventuais acréscimos de produtos ofertados;

15.49. Apresentar uma tabela inicial com produtos e valores a serem praticados no primeiro ano de contrato;

15.50. Manter o valor dos serviços ora licitados, conforme tabela do item 1.2.2 deste TR, válidos pelo período de doze meses, podendo estes serem reajustados pela correção do IPCA do ano anterior, salvo casos em que comprovadamente houver aumento substancial por meio dos fornecedores;

15.51. Disponibilizar mensalmente a tabela com os preços de cortes de cabelo ao Fiscal de Contrato, para que este faça o acompanhamento dos valores praticados e anexe ao livro do fiscal de contrato.

15.52. Solicitar reajuste anual por escrito, dos itens referenciados acima, através de tabela com percentuais de correção e valores pretendidos;

16. Benfeitorias e conservação

16.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo Contratado/Cessionário, ainda que não autorizadas pela contratante-cedente, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

16.2. O Contratado/Cessionário fica desde já autorizado a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

16.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., realizadas pelo cessionário poderão ser retirados pelo Contratado/Cessionário, devendo o imóvel cedido, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

16.4. Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da cessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos.

17. Da subcontratação e da sublocação

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório nem a sublocação da área cedida.

18. Alteração subjetiva

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. Controle e Fiscalização da Execução

19.1. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

19.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

19.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

19.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

19.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

19.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

19.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

19.12.1. A cessionária ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, tanto pelo 29º BIB, através do fiscal do contrato, como pelos órgãos governamentais das áreas de interesse, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos;

19.12.2. A existência da fiscalização do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, de modo algum diminui ou altera a

responsabilidade da cessionária perante os órgãos governamentais de saúde pública, na prestação dos serviços a serem executados.

19.12.3. O Ordenador de Despesas do 29º Batalhão de Infantaria Blindado poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da cessionária, que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis como exercício das funções que lhe forem atribuídas.

19.12.4. O Ordenador de Despesas do 29º Batalhão de Infantaria Blindado poderá solicitar a cessionária a substituição de qualquer produto cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda que não atendam às necessidades

20. Reajuste

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

20.2. Do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços dos produtos contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

20.3. Os demais reajustes obedecerão o prazo mínimo de doze meses, salvo casos esporádicos desde que comprovadamente justificados pela Cessionária, caso haja aumento substancial dos produtos neste período;

20.4. O valor do aluguel será reajustado anualmente pela variação do IPCA, respeitado o prazo inicial de doze meses para o primeiro reajuste;

20.5. As taxas de energia elétrica e consumo de água, serão reajustadas conforme as variações das concessionárias de serviço público, respeitando o primeiro ano de contrato, sendo após este período feitas as correções conforme os reajustes das concessionárias;

20.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

20.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

20.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

20.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

20.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

20.11. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

21. Da garantia da execução

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

22. Das sanções administrativas

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

22.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

22.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

22.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

22.2.4. Multa:

22.2.4.1. - Moratória – para infrações da alínea “d”: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias

22.2.4.2. - Moratória – pela inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia: 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

22.2.4.3. - Compensatória – para infrações das alíneas “e” a “h”: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

22.2.4.4. - Compensatória – para inexecução total (alínea “c”): de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação

22.2.4.5.- Compensatória – para infração da alínea “b”: de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação

22.2.4.6.- Compensatória – em substituição à multa moratória da alínea “d”: de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

22.2.4.7. - Compensatória – para infração da alínea “a”: de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação

22.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

22.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

22.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

22.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

22.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

22.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

22.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

22.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

22.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

22.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

23. Critérios de seleção de fornecedor

- 23.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;
- 23.2.** Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital;
- 23.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 23.3.1.** Possuir afinidade com o objeto ora licitado, devendo ser comprovado através de apresentação de comprovante de inscrição e situação cadastral;
- 23.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
 - 23.4.1.** Valor Global: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital;
 - 23.4.2.** Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital;
- 23.5.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global;
- 23.6.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato.

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis , contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a CartaContrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelaAdministração
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na Autorização de Contratação Direta , no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

- 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 3.1.15. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1.1. Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 4.1.2. Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato, apresentando comprovação sempre que solicitado pela Administração;
- 4.1.3. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados, corrigindo, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou irregularidades apontadas pela fiscalização;
- 4.1.4. Utilizar produtos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com as normas de segurança e saúde, sempre em conformidade com a legislação vigente;
- 4.1.5. Manter equipe qualificada, em número suficiente, devidamente uniformizada e identificada, garantindo a execução dos serviços de forma contínua e satisfatória;
- 4.1.6. Substituir, quando solicitado pela Administração, qualquer profissional que não esteja atendendo às exigências contratuais ou que apresente conduta inadequada;
- 4.1.7. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não cabendo qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária à Administração;
- 4.1.8. Cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por eventuais acidentes ou danos decorrentes da execução dos serviços;
- 4.1.9. Manter sigilo sobre informações e dados da Administração que venha a ter acesso em razão da execução contratual;
- 4.1.10. Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados, observando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 4.1.11. Atender prontamente às notificações, comunicações e determinações da Administração relativas à execução contratual;
- 4.1.12. Providenciar, às suas expensas, a substituição de materiais ou equipamentos defeituosos ou inadequados utilizados na execução dos serviços;
- 4.1.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de atos, omissões ou negligência de seus empregados, prepostos ou representantes;
- 4.1.14. Manter atualizados os dados cadastrais junto ao SICAF e demais sistemas oficiais exigidos pela legislação;
- 4.1.15. Cumprir todas as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, desde a apresentação da proposta no

certame, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observando-se a boa-fé e os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

5.4. O Contratado deverá informar à Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados.

5.5. Encerrado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, o Contratado deverá eliminá-los, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. O Contratado deverá orientar e treinar seus empregados quanto aos deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligências para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente a eventuais pedidos de comprovação.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto ao descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos que armazenem dados pessoais deverão ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), incluindo cada acesso, data, horário e finalidade, para efeito de responsabilização em caso de omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados deverão ser desenvolvidos em formato interoperável, garantindo a reutilização dos dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento poderá ser alterado quanto aos procedimentos de tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial pela ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações emitidas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato será extinto automaticamente com o término do prazo de vigência pactuado, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente de formalização específica.

6.2. A Administração poderá extinguir o contrato de forma antecipada, por razões de conveniência e oportunidade, desde que cumprido o período mínimo de 12 (doze) meses de vigência, mediante comunicação formal ao Contratado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nas seguintes hipóteses:

- a) Desinteresse superveniente na continuidade da cessão de uso;
- b) Inexistência de disponibilidade orçamentária ou técnica que inviabilize a manutenção da contratação;
- c) Superveniência de fato que comprometa a legalidade, conveniência ou viabilidade da permanência do ajuste.

6.3. A extinção contratual poderá ocorrer, a qualquer tempo, independentemente do prazo mínimo, por iniciativa da Administração, caso haja inadimplemento contratual grave por parte do Contratado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O contrato também poderá ser extinto por mútuo acordo entre as partes, por razões de interesse público devidamente justificadas ou em razão da superveniência de norma legal ou decisão judicial que inviabilize sua continuidade.

6.5. A extinção contratual deverá, sempre que possível, ser formalizada por termo próprio e será precedida das seguintes providências:

- a) Levantamento das obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

b) Relação dos pagamentos efetuados e dos valores eventualmente devidos;

c) Apuração de multas, penalidades ou indenizações cabíveis.

6.6. A extinção do contrato, ainda que antecipada, não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser firmado termo indenizatório específico, respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

6.7. Alteração na composição societária, finalidade ou estrutura do Contratado não ensejará a extinção do contrato, desde que não comprometa sua capacidade técnica e operacional de executar o objeto pactuado.

6.7.1. No caso de sucessão contratual decorrente de reorganização societária, fusão, cisão ou incorporação, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

6.8. Será causa de extinção imediata do contrato a constatação de que o Contratado mantém vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público envolvido na contratação direta, na fiscalização ou na gestão contratual, ou com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

8.1. Fica definido o foro da Justiça Federal na cidade de Santa Maria, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, como competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual e que não puderem ser resolvidos por meio de conciliação, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

25. ANEXO II


TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa _____ declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital do Pregão nº 90001/2026, no Termo de Referência e nos demais anexos relativos ao processo licitatório, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o certame e a execução contratual.

Santa Maria-RS, 19 de janeiro de 2026.


26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **ROMULO TORRES RAMIRO**
Data: 19/01/2026 08:46:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROMULO TORRES RAMIRO

Autoridade competente


Documento assinado digitalmente
 **MATHEUS HENRIQUE ANDRADE KESSNER**
Data: 15/01/2026 10:35:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MATHEUS HENRIQUE ANDRADE KESSNER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 19:35:14.

Documento assinado digitalmente
 **RAYNER DE LIMA MACEDO**
Data: 14/01/2026 21:27:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAYNER DE LIMA MACEDO

Membro da comissão de contratação